

Em estudos o orçamento único

31 JUL 1985

O Congresso Nacional deverá receber, até o final do próximo mês, a proposta de um orçamento único para o País, onde estejam discriminadas as despesas do governo que são cobertas tanto pela arrecadação tributária (orçamento fiscal) como pela colocação de títulos e emissão de moeda (orçamento monetário). Os estudos neste sentido estão sendo feitos pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Banco Central, segundo informou o secretário geral da Seplan, Andrea Calabi.

Ao final de uma longa reunião entre os representantes dos dois ministérios e do Banco Central, Calabi — em conversa com a imprensa — preferiu não falar em números. Entretanto, alguns técnicos do Ministério da Fazenda explicaram que foi enviada à Seplan uma proposta no sentido de incluir aproximadamente Cr\$ 200 trilhões relativos a algumas despesas — que são atualmente cobertas pelo orçamento monetário — no orçamento da União (ou fiscal). Desta forma, o orçamento fiscal cresceria para Cr\$ 521 trilhões. A proposta do orçamento fiscal típico prevê uma despesa de Cr\$ 321 trilhões. Caso ocorra a junção das duas despesas, o orçamento se tornará mais consolidado.

Segundo o secretário-geral da Seplan os estudos ainda estão-se iniciando. "Primeiramente — destacou — estamos analisando quais as despesas que são do orçamento fiscal, mas que recebem a cobertura do orçamento monetário. A idéia é que o novo orçamento consiga trazer transparência para todos os gastos do governo. Ou seja, que de um lado estejam as despesas e, do outro, a fonte de recursos para cobri-las, mesmo que esta fonte seja a colocação de títulos públicos ou a emissão de moedas".

Um dos objetivos da mudança, informou Calabi, é explicitar — do lado da Receita — o montante de títulos que o governo terá de colocar no mercado para cobrir as suas despesas. "Desta forma — assinalou —, o Banco Central não seria forçado a emitir mais títulos para cobrir despesas imprevistas. Se o governo desejar aumentar esta colocação de títulos, terá de enviar uma mensagem ao Congresso".